



**O ESPAÇO PARA
SUA DENÚNCIA E
SUA INDIGNAÇÃO**

Envie sua denúncia para nós!

Use nosso email

stiuma@uol.com.br

ou telefone direto para assessoria de
comunicação: (98) 3221-1411 ou (98)
98413-1289 (também é whatsapp).

ERRATA



Na edição anterior do Pinga Fogo, a legenda desta foto referia-se ao gerente de Santa Inês, Sr. Alfredo, no entanto, esta foto mostra o gerente de Itapecuru, o Sr. Zé Carlos.

Embora ambos tenham sido denunciados pelas atitudes truculentas que tiveram durante a paralisação de julho, na Caema, a imagem é de Itapecuru.

Caema Gov. Archer demonstra que condições de trabalho dignas estão longe de serem alcançadas em parte das regionais da Caema

Em visita a Governador Archer no mês de novembro, o STIU-MA constatou essas condições nas instalações do escritório da Caema. As imagens falam por si e comprovam que os problemas crônicos da Companhia persistem e precisam ser enfrentados. Essa luta continua a nos desafiar todos os dias. Uma palavra define essa situação: **vergonha!**



CAMPEONATO ASSERCA 2016 CONTOU COM APOIO DO STIU-MA E BOA PARTICIPAÇÃO DOS URBANITÁRIOS

O Sindicato dos Urbanitários foi convidado a apoiar o Campeonato da Asserca 2016, que foi um grande sucesso e acabou se transformando em um campeonato de urbanitários, porque, além da participação da Caema, contou ainda com os times da Eletronorte, Cemar e dos novatos companheiros da Odebrecht Ambiental. Que, em 2017, possamos ampliar e ter um campeonato ainda mais forte.



Acima, os times que ficaram com 1º e 2º lugar na modalidade futebol society. Time de verde (R15) é da unidade de negócios da Caema/Cidade Operária (CAMPEÃO) e o time de meias vermelhas (500 KW) é time da Eletronorte.



Acima, times da modalidade futebol society master, onde o time do Sacavém (vermelho) sagrou-se campeão. No 2º lugar o time do Vinhais (Azul).



Pinga Fogo



Editorial

Esperança e luta!

Desejar Feliz Ano Novo foi especialmente difícil nesse final de 2016, porque as perspectivas para o Brasil de 2017 (e consequentemente para nossas empresas) são ruins.

A política desastrosa do governo (para muitos, ilegítimo) de Michel Temer anuncia mais crise política, mais crise econômica, caos social, perda de soberania e uma lista enorme que não vamos citar aqui.

Na prática, isso significa para nós, trabalhadores, privatizações, mais desemprego, menos saúde e educação para nossos filhos, menos poder de compra, menos dignidade... enfim, é difícil pensar num 2017 melhor que 2016.

Tudo isso, porém, não é motivo para desistir, para "desesperar". Na luta, somos realistas e não pessimistas.

Realistas porque é preciso conhecer e analisar exatamente o cenário que está posto. Não pessimistas porque é preciso acreditar na capacidade da nossa luta para reverter cenários ruins, para conquistar dias melhores.

Nossa história é tecida de esperança e luta. De sofrimento e momentos duros, é verdade, mas, acima de tudo, de sonhos e conquistas.

Desejamos sim, saúde, amor, muita luz e alegrias para cada homem e cada mulher trabalhadora, mas muito conscientes de que a medida de nossa felicidade será a capacidade de lutar por um 2017 melhor.

Vem pra luta, vem fazer um ano novo melhor com o Sindicato!



CEMAR, ENEVA E ODEBRECHT AMBIENTAL CONQUISTAM NOVOS ACORDOS COLETIVOS



Assembleia final da Campanha da Cemar, realizada no STIU-MA, com votação secreta: um marco da nossa resistência. Página 03.



Aqui, dois momentos da Campanha da Eneva. Assembleia final na UTE Parnaíba e (ao lado) assembleia na Eneva Itaqui no decorrer da Campanha. Saiba mais na página 06.



CAEMA

Muitas batalhas marcaram 2016. 2017 anuncia mais luta em defesa do saneamento público

Governo adere ao Programa do BNDES e coloca sob suspeita o compromisso com a Caema pública do então candidato Flávio Dino. Saiba mais sobre isso e sobre algumas das batalhas travadas em 2016 nas páginas 4 e 5

ELETOBRAS

Plano de Reestruturação: mais um golpe

Página 07

+ Nesta Edição

PEC 55: A Era do Gelo

Página 02



Caema/Gov. Archer, uma triste realidade

Página 08

PEC 55 (241) APROVADA

Apertem os cintos, outro golpe surgiu

A Proposta de Emenda Constitucional de nº 55, denominada PEC do Teto dos Gastos Públicos – ou simplesmente, para nós, PEC do Fim do Mundo – foi aprovada no último dia 13 de dezembro pelo Senado Federal. A proposta foi feita logo após a tomada da presidência pelo PMDB e anuncia congelamento de gastos públicos por 20 anos, deixando o país numa crise política, econômica e social ainda maior.

Limitar ainda mais os recursos destinados principalmente à saúde e à educação e enfraquecer empresas e instituições públicas não é, definitivamente, o melhor caminho para barrar a crise econômica. O que se percebe é que a crise parece mais uma desculpa para o aumento do consumo privado e favorecimento exclusivo de alguns setores, especialmente aqueles que já são privilegiados.

O país deixa de lado as medidas e programas voltados ao desenvolvimento social e abre caminho para o retrocesso, com cada vez mais enriquecimento para os (já bastante) ricos e proteção para os corruptos.

O que a sociedade civil ganha com isso?

Os trabalhadores e grande parte da sociedade só perdem. O texto, por exemplo, tem potencial para afetar a regra de reajuste do salário mínimo oficial, tornar impossível metas da educação e diminuir a oferta do serviço público. E com a diminuição de oferta do serviço público, surge o risco iminente de privatização de setores essenciais, uma face oculta da PEC 55.

Mesmo com manifestações por todo o país, com as ocupações em escolas e universidades e análises de especialistas sérios sobre a nocividade da proposta, a PEC 55 não teve nenhuma dificuldade em ser aprovada no Congresso. Ainda PEC 241, foi votada e aprovada em primeiro turno pela Câmara dos Deputados, o que demonstra o total descompromisso deste presidente ilegítimo e de boa parte dos parlamentares brasileiros para com o povo.



Os impactos da PEC 55 em 20 anos

A PEC 55 é mais uma medida que fere diretamente os direitos básicos dos cidadãos, principalmente os mais pobres. Toda uma geração tem seu futuro comprometido, com cortes em educação, pesquisas científicas, saúde e segurança social. A PEC viola diretamente as obrigações do Brasil no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que o país ratificou em 1992 e que veda a adoção de 'medidas deliberadamente regressivas'.

O impacto nos salários, no emprego, nas políticas públicas será enorme e cruel. Se somarmos com os golpes representados pela Reforma Trabalhista e Previdenciária, em curso, viveremos tempos ainda mais difíceis, que só esperança e muita luta podem reverter.

Resta a cada cidadão brasileiro, a mobilização e a luta por nenhum direito a menos, com a consciência de que temos que mudar o cenário político.

Saiba como votou a bancada maranhense e identifique os traidores

Na Câmara, a então PEC 241 teve, no geral, 366 votos a favor e 11 contra, no primeiro turno da votação. No segundo turno, foram 359 votos a favor e 116 contra. Os deputados maranhenses votaram assim:

A FAVOR DA PEC (Primeiro turno)

Aluísio Mendes (PTN)
Alberto Filho (PMDB)
Cleber Verde (PRB)
Davi Alves Silva Júnior (PR)
Hildo Rocha (PMDB)
Ildon Marques (PSB)
João Castelo (PSDB)
João Marcelo Souza (PMDB)
José Reinaldo (PSB)
Júnior Marreca (PEN)
Juscelino Filho (DEM).

CONTRA A PEC (Primeiro turno)

Eliziane Gama (PPS)
Rubens Pereira Júnior (PCdoB)
Weverton Rocha (PDT)
Zé Carlos (PT).

No segundo turno, o quadro foi praticamente o mesmo, com exceção do deputado Waldir Maranhão (PP), que não compareceu no primeiro turno da votação, mas no segundo votou favorável.

No Senado

A votação também ocorreu em dois turnos. No primeiro turno, foram 61 votos a favor e 14 contra. No segundo turno, foram 53 votos a favor e 16 contra. Os senadores maranhenses votaram a favor da PEC nos dois turnos. Veja quem são os traidores:

Edison Lobão (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)
Pinto Itamaraty (PSDB), substituindo Roberto Rocha (PSB).



O novo Plano Diretor de Negócios e Gestão da Eletrobras para o período de 2017-2021 (PDNG 2017-2021) foi aprovado em novembro de 2016, com previsão de redução de cerca de 50% da força de trabalho até 2018. O plano foca três grandes estratégias: (i) Governança e Conformidade, (ii) Disciplina Financeira, (iii) Excelência Operacional, mas, na prática se resume em um pacote de maldades contra os trabalhadores e trabalhadoras e contra o próprio setor elétrico nacional.

Essas diretrizes estratégicas afetam profundamente a organização da empresa, visam principalmente a privatização das empresas de distribuição e reestruturação organizacional com foco em redução de pessoal, através do Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI), ocasionando grande enfraquecimento do setor.

Segundo estudo do DIEESE, "O Plano

Diretor de Negócios e Gestão da Eletrobras tem como enfoque uma forte reestruturação interna do grupo sob dois grandes eixos: i) redução do seu protagonismo e da sua atuação na indústria de energia nacional e; ii) reestruturação administrativa e operacional sob a ótica do mercado. Esses dois grandes eixos são materializados em três diretrizes estratégicas que, do ponto de vista de seus empregados, trazem efeitos perversos no curto e médio prazo".

É um duro golpe no setor elétrico brasileiro, referência mundial, construído com muito suor e compromisso por esses trabalhadores, hoje, pressionados para sair da empresa.

Ainda na avaliação do Dieese, através do técnico Gustavo Teixeira, "a justificativa utilizada pelo governo para privatizar as subsidiárias da Eletrobras é contestável... Os últimos relatórios de administração da Holding mostram a manutenção e melhoria

dos principais indicadores operacionais nos três segmentos do Setor. Além disso, o que está em jogo são a soberania energética e o desenvolvimento econômico e social do país. A privatização das empresas reduzirá drasticamente o tamanho da participação estatal no setor elétrico. Destaca-se que a participação dos grupos chineses State Grid e China Three Gorges cresce expressivamente no setor elétrico brasileiro, tornando-se uns dos maiores grupos no país." Ou seja, as medidas fazem parte do pacote entreguista do Governo Temer.

As entidades sindicais já se manifestaram veementemente contra o Plano e contra a forma como os aposentados estão sendo pressionados a pedir demissão. Veja Nota do Coletivo Nacional dos Eletricitários abaixo. A luta em 2017 será grande, talvez uma das maiores que já enfrentamos na Eletronorte e na Eletrobras.



ENTIDADES SINDICAIS ADVERTEM: SE NÃO TEM DIÁLOGO, O CAMINHO É A GREVE

A direção do Sistema Eletrobras tem pressionado os trabalhadores, com todas as ferramentas possíveis, para que façam a adesão aos planos de desligamento da empresa, o PDI e o PAI. Essa postura por si só já mostra as marcas desta gestão: pouco diálogo e muita imposição.

As entidades sindicais estão orientando os companheiros e as companheiras a não se precipitarem, pois existem muitas discussões em andamento, buscando a construção de alternativas que beneficiem o conjunto dos trabalhadores, considerando a especificidade de cada caso.

Desde que o presidente Wilson Pinto assumiu a direção da HOLDING, as entidades sindicais buscam o diálogo, mesmo cientes do seu passado de gestor no setor privado, em uma empresa controlada por chineses, que não tem o hábito de discutir suas ações com as entidades dos trabalhadores e, pior, de não cumprir com a palavra.

Na reunião ocorrida no dia 25 de outubro entre CNE e a Holding, ficou pré-agendada nova reunião para dia 17 de novembro, após a reunião do CA, que aprovaria a reestruturação da empresa e estava agendada para 09 de novembro. No entanto, até o momento, a direção da Eletrobras está fugindo do diálogo com os sindicatos. Por que será?

Mesmo diante da resistência da Holding de, pelo menos, ouvir sugestões sobre o processo de reestruturação, o CNE tem construído propostas que possibilitem dar opções de escolha aos companheiros e companheiras. É impossível aceitar as condições impostas pelo presidente Pinto, na base do "Vai embora por bem ou por mal". Por que não promover um processo de desligamento anual e gradativo?

Dessa forma, reiteramos para cada companheiro e cada companheira: não assinem nada ainda.

Os trabalhadores não são apenas números que se pode dar baixa, são homens e mulheres que trabalharam com dedicação durante anos para construir a maior empresa de energia da América Latina. Por trás de cada um, existe história de vida, conhecimento técnico incomparável e experiência acumulada. O resultado do seu trabalho são empreendimentos de grande porte construídos em todo país, e até no exterior, reconhecidos em todo mundo pela sua complexidade e eficiência.

Este foi um ano marcado por um golpe jurídico-parlamentar e retrocessos jamais vistos, com mutilações na previdência social e legislação trabalhista. Mesmo assim, as entidades sindicais continuaram firmes na luta contra a retirada de direitos, portanto, convocamos cada trabalhador e cada trabalhadora do Sistema Eletrobras à resistência e à luta.

Alternativas existem. Basta ter vontade política para dialogar e construir. Um exemplo é o Programa de Desligamento Permanente, proposta apresentada em 2014 pelo Diretor de Administração Alexandre Aniz, onde os trabalhadores poderiam programar a sua saída da Empresa, quando desejassem, ou seja, uma saída com DIGNIDADE, sem pressão. Poderíamos ter também, dentro do Programa, um Plano de Saúde Vitalício. Mas se o Presidente Pinto não quer diálogo, só nos resta a construção da mobilização rumo à GREVE.

E, nessa construção, você, trabalhador/a, é fundamental. Participe do seu sindicato de base, discutindo as estratégias de luta e organização em defesa dos postos de trabalho. É hora de reagir. É hora de ação coletiva, consciente e aguerrida. Barrar esse pacote de maldade é tarefa de todos nós. Vem pra luta!

Pinga Fogo



Presidente: Fernando Antonio Pereira
Sec. Imp. e Comunicação: Mariano Prazeres
Jornalista Responsável: Maria Rita Machado
Impr.: Gráfica Santa Clara/4.000 exemplares

Sede-São Luís:

Av. Getúlio Vargas, 1998 - Monte Castelo
São Luís/MA - CEP: 65020-300
Fone (98) 3221-1411/3082-6820/3083-5597
Fax (98) 3231-5633

Sub-sede Imperatriz:

Rua Rio Grande do Norte, 617 Centro
Imperatriz/MA - Telefax(098) 3525-3275

www.urbanitarios.org.br
stiuma@uol.com.br (geral)
urbanitarios.stiuma@hotmail.com (ass. comunicação)
[facebook.com/stiumaranhao](https://www.facebook.com/stiumaranhao)

ODEBRECHT AMBIENTAL

Bom Acordo, bom começo

Em 2016, o Sindicato dos Urbanitários passou a representar trabalhadores e trabalhadoras da Odebrecht Ambiental, em Paço do Lumiar e São José de Ribamar.

A partir daí, foram realizadas negociações com a empresa e assembleias da categoria para discutir o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) para o período 2016/2017.

Felizmente, Sindicato e categoria conquistaram um bom acordo coletivo, com reajuste salarial de 8%, piso salarial fixado em R\$ 950,00, vale refeição/alimentação de R\$ 580,80, entre outras conquistas.

Este é apenas o começo, a mobilização da categoria deve ser contínua para que mais direitos sejam conquistados.



Eneva

Trabalhadores e Sindicato fazem campanha vitoriosa



Assembleia final na UTE Itaqui

Após meses de negociação e mobilização, os trabalhadores da Eneva (Itaqui e Parnaíba) conquistaram um novo Acordo Coletivo de Trabalho. A proposta apresentada pela empresa foi aprovada em assembleia realizada no dia 05 de dezembro nas UTE's Itaqui e Parnaíba.

O STIU-MA considera que os avanços foram muito significativos durante o processo negocial. A empresa iniciou com a mesma conversa de crise, propondo congelamento de alguns benefícios e reajuste de salários abaixo da inflação do período. Após quatro rodadas de negociação, intercaladas com mobilização e pressão dos trabalhadores, que se mantiveram firmes para conquistar avanços, a proposta melhorou significativamente, principalmente em cinco pontos que a categoria considerava fundamental para sua qualidade de vida.

Os salários, já reajustados após a aplicação das promoções por mérito praticadas em 2015, teve reajuste de 8,5%.

O auxílio refeição teve reajuste de 9,6%, passando para R\$ 830,00 (antes, era pago no valor de R\$ 757,46), enquanto o auxílio-alimentação foi reajustado em 8,6%.

Uma das grandes conquistas dessa negociação foi o auxílio-extraordinário. Até 2015, era pago no valor do auxílio-alimentação (R\$ 414,00), agora, será pago no valor do auxílio-refeição, passando para R\$ 830. Isso representa um reajuste de 105%.

O auxílio creche aumenta em 8,5%, com valor limitado a R\$ 607,00 e o auxílio educacional para filhos tem o mesmo reajuste, com valor limitado a R\$ 604,20.

Os trabalhadores e as trabalhadoras da Eneva estão de parabéns porque conquistaram um bom acordo e lutaram por isso.

Assembleia na UTE Parnaíba, em novembro



Mobilização por um Acordo Coletivo Digno

Eletronorte

STIU-MA AJUIZA AÇÃO PARA GARANTIR A MANUTENÇÃO DO ABONO DE PONTO PRA RECEBER VENCIMENTOS

O Sindicato ajuizou ação na Justiça do Trabalho para cobrança de abono do ponto para receber vencimentos em Imperatriz e São Luís II, indevidamente retirados pela Eletronorte em 2016, após mais de 20 anos de habitualidade.

Os trabalhadores lotados nestas divisões da Eletronorte trabalham em locais de considerável distância em relação aos centros urbanos destes municípios, não dispoem de agências bancárias ou caixas eletrônicos próximos ao local de trabalho. Em razão disso, a empresa estabeleceu junto ao Sindicato, há mais de 20 anos, um acordo verbal que autorizava a liberação destes empregados no dia de recebimento da remuneração, para que pudessem se dirigir até a instituição bancária para sacar os salários. Essa liberação para recebimento dos salários não era computada na folha de frequência como falta, mas sim, com um código que abona a ausência para realização de serviços externos.

A ELETRONORTE, no entanto, descumpriu, de forma unilateral e injustificada, este acordo. Na ocasião, o Sindicato questionou a decisão por meio de ofício enviado à empresa. A Eletronorte reiterou sua posição através de outro ofício, afirmando que o empregado que se ausentasse do serviço para receber o salário não teria mais a ausência abonada, mas sim, registrada no Banco de Horas para posterior compensação.

Restou o caminho da justiça, que será trilhado através da ação trabalhista de número 0017958-68.2016.5.0001, que foi distribuída para a 1ª Vara do Trabalho de São Luís/MA, onde aguarda a definição da data para a audiência.

Cemar | Campanha Salarial 2017

Mais uma batalha travada com dignidade

Trabalhadores e trabalhadoras da CEMAR aprovaram a proposta da empresa para o Acordo Coletivo de Trabalho com manutenção das regras atuais do Programa de Participação de Resultados, em Assembleia Geral, que aconteceu em São Luís, Imperatriz, Bacabal, Pinheiro e Timon entre os dias 21 e 22 de dezembro.

Em São Luís, a Assembleia foi realizada na sede do STIU-MA com votação secreta, o que também ocorreu nas regionais. O objetivo foi promover uma discussão e uma votação livres - sem pressão e eventuais retaliações por parte da empresa.

A votação geral resultou em 388 votos a favor da proposta integral da Cemar e 187 votos pela desvinculação do PPR do ACT.

Cemar dá mais um show de pressão e intimidação, mas temos o que comemorar - Apesar do nosso esforço em garantir uma deliberação livre de pressão da empresa, a Cemar, mais uma vez, desrespeitou esse direito fundamental dos trabalhadores. Enviou gerentes, advogados, cinegrafista e fotógrafo para a Assembleia e disponibilizou ônibus mesmo sabendo que o Sindicato ofereceria transporte, como comunicara com a devida antecedência.

Como faz em toda campanha, a Cemar ainda utilizou da estratégia de arrastar a negociação até às vésperas de Natal para deixar os trabalhadores sem opção, por conta da necessidade de receber o tiquete natalino, condicionado à aprovação da proposta.

Apesar de tudo isso, o Sindicato fez uma campanha corajosa e persistente e parte da categoria participou, entendeu a necessidade de defender seus direitos. Isso garantiu recomposição de salários e benefícios no índice da inflação (INPC=8,50%), com retroatividade (a Cemar não queria pagar reajuste retroativo para os salários, mas acabou cedendo) e manutenção de todos os direitos conquistados no ACT atual.

Em resumo, os trabalhadores conquistaram: Reajuste de Salários de 8,50% parcela-



O pátio do STIU-MA ficou lotado pelos companheiros e companheiras que tiveram todos os elementos para tomar uma decisão consciente, mas também tiveram que lidar com a intimidação clara praticada por representantes da empresa.

dos (5,95% - nov/dez) e 2,41% (jan, retroativo a nov); Piso salarial com reajuste igual ao dos salários (ficando, em janeiro, no valor de R\$ 1.499,98); Auxílio Alimentação, com reajuste de 8,50%, chega a R\$ 891,08; Auxílio Natalino, mesmo reajuste, ficando no valor de R\$ 1.269,17.

Tudo isso demonstra que, embora a empresa pregue a doutrina de que o Sindicato não é importante para o trabalhador, o STIU-MA incomoda muito a diretoria da Cemar. Dessa forma, pensamos que foi muito acertado trazer a categoria para a sede do Sindicato - patrimônio de todos nós. Discutimos, esclarecemos e, acima de tudo, respeitamos a todos e todas, promovendo um processo de votação democrático, mesmo com todos os constrangimentos impostos pela Cemar.

Não conseguimos reverter a injusta política de pagamento da remuneração variável, que tanto favorece diretoria e gerentes da empresa,

a ponto de paralisarem por uma semana boa parte das atividades com inúmeras reuniões internas, verdadeiras "sessões" de ameaças veladas e pressão para que a categoria aprovasse a proposta da Cemar, afinal diminuir a fatia dos trabalhadores no bolo dos dividendos, aumenta a fatia deles.

Da nossa parte, não desistimos, vamos continuar disputando corações e mentes e avançando na luta. Precisamos avançar, podemos mais, mas ficamos felizes de, a cada campanha, permanecer firmes na luta e conseguir que vários companheiros e companheiras entendam que é preciso resistir e lutar. 187 trabalhadores e trabalhadoras tiveram coragem de manifestar, através do voto, sua insatisfação com a política injusta de pagamento da remuneração variável, mesmo diante de todas as ameaças que a Cemar faz, inclusive de demissão. Valeu!

UNIFICAR PARA AVANÇAR

A Campanha da CEMAR em 2016 teve um diferencial: a unificação política dos sindicatos do Maranhão e Pará, uma vez que Cemar e Celpa são empresas do Grupo Equatorial.

A ideia era unificar pauta, negociação e a maior parte possível de conquistas e direitos para as duas categorias. Para isso, STIU-MA e STIU-PA realizaram seminário em São Luís, no mês de setembro, e alinharam uma pauta, em grande parte unificada (foto abaixo).

Como já se esperava, Cemar e Celpa não aceitaram a negociação unificada. Não havendo recurso legal, naquele momento, que obrigasse as empresas a isso, os sindicatos mantiveram a articulação política durante todo o processo, com troca de experiências e solidariedade, o que foi muito importante e um passo fundamental na nossa organização e no fortalecimento da luta dessas categorias.



É sempre bom lembrar e se indignar...

Essa mesma empresa que pressiona e intimida para não pagar salários, benefícios e Participação nos resultados mais justos, ostenta lucros inacreditáveis. Conheça alguns números e dados da Cemar:

1. A Cemar pertence ao setor da economia (Distribuição de energia) de maior PIB em 2016;
2. Pertence ao Setor (elétrico) que teve lucro superior a 10 bilhões em 2015. Só o Grupo Equatorial (Cemar) tem o 6º melhor resultado do setor que mais lucrou no período e mais distribuiu dividendos nos últimos anos (32 bilhões de reais entre 2008 e 2015);
3. O Grupo Equatorial teve lucro de 808 milhões em 2015 e distribuiu quase 155 milhões em dividendos. Só a Cemar teve 364 milhões em lucro líquido no mesmo período;
4. Em 2016, o lucro da Cemar acumulado só nos três primeiros trimestres era de 313 milhões, sendo 126 milhões só no terceiro trimestre, o que indica um crescimento de 30,4% em relação ao ano passado (2015);
5. Esses números garantem à Cemar a posição de 75ª maior empresa em receita líquida do Brasil (num ranking de 1000 maiores) e 10ª em rentabilidade do setor elétrico brasileiro, com crescimento da receita líquida em 466% entre 2003 e 2015.



Assembleia, em abril, para deliberar sobre proposta de Aditivo

O fantasma da Privatização ronda o saneamento

O Maranhão é um dos 18 estados que aderiram ao Programa do BNDES, que abre as portas para privatização, Parcerias público-privadas (PPP) e subconcessões. No entanto, o Governador Flávio Dino, ainda candidato (e depois de eleito), se comprometeu com o STIU-MA em também defender o saneamento público e não privatizar a Caema.

O Sindicato dos Urbanitários enviou ofício ao Governador do Estado no último dia 21 de outubro questionando a adesão do Maranhão ao Programa de Concessão de Saneamento do BNDES, bem como já reuniu com o Secretário de Governo Antonio Nunes (representando o Governador) por duas vezes, depois disso, a fim de discutir esse assunto.

Reiteramos ao Secretário que causou espanto a adesão do Maranhão ao Programa. Mais que espanto, reforçou ainda mais a nossa convicção de que é preciso lutar pelo saneamento público, pela Caema pública e saneada, seja qual for o governo.

Em ofício ao Governador do Estado, não apenas se questionou a adesão, mas o fato do Sindicato dos Urbanitários, representante legítimo dos trabalhadores e trabalhadoras da Caema, tomar conhecimento do fato através de um site de notícias.

Quase nada se divulgou até então sobre o referido Programa, que, segundo informações levantadas por este Sindicato, ainda está em fase de detalhamento, ou seja, objetivos, princípios, regras e limites ainda não são conhecidos. Esta obscuridade preocupa os trabalhadores da Caema e leva a questionar: o que leva o Estado do Maranhão a aderir um Programa cujas regras ainda não estão claras?

Para o Sindicato dos Urbanitários do Maranhão, qualquer ação que reveja a modalidade de concessão dos serviços de saneamento é concretamente a abertura de uma porta para a privatização, mesmo que leve o nome de subconcessão, parceria público-privada ou outro.

Os trabalhadores e trabalhadoras da Caema, bem como seus representantes depositaram na eleição do atual Governador grande esperança para o saneamento do Maranhão, com novos investimentos, mudança no modelo de gestão, recuperação da companhia estadual e dias melhores para os caemeiros e os consumidores em geral.

Temos acompanhado o trabalho, sabemos de alguns importantes investimentos, mas, infelizmente, o modelo de gestão mantém os mesmos vícios que presenciávamos por décadas. Todos na Caema sabem que o básico para sanear a empresa, tornando-a mais eficiente e lucrativa, não está sendo feito.

E, agora, como em outros governos, vamos assistir uma ameaça à Caema pública em vez de esforço verdadeiro e competente para tornar o saneamento público viável e de maior qualidade?

Também lamentamos que o diálogo entre Governo do Estado e os representantes daqueles que fazem o saneamento no Maranhão ainda seja pífio em relação às questões estruturais dessa política pública essencial e da empresa que a executa.

O Sindicato dos Urbanitários e os trabalhadores e trabalhadoras da Caema estão prontos para o diálogo com o Governo do Estado, mas também estão prontos para qualquer embate. A luta é o caminho sempre.

Um longo ano de negociações

Como de costume, 2016 foi um ano de muita negociação, mobilização, paciência e persistência na Caema. O primeiro grande objetivo era discutir o aditivo ao ACT 2015/2017, que tem vigência de dois anos e previsão de negociação de um aditivo na data base intermediária (maio/2016), com correção e atualização de algumas cláusulas, especialmente as econômicas.

A negociação começou em abril e se arrastou por meses. Em outubro, tinha cinco cláusulas pactuadas, restando um impasse na definição do tíquete extra de Natal, que foi resolvido em novembro, podendo finalmente, formalizar a pactuação do Aditivo.

Alguns pontos foram destaque nas negociações de 2016. Veja:

TÍQUETE NATALINO

Trabalhadores e trabalhadoras da Caema garantiram tíquete extra em dezembro no valor de R\$ 500 (quinhentos reais). O tíquete natalino não está garantido no Acordo Coletivo vigente na Caema. No ACT, estava garantido apenas a possibilidade de negociar esse benefício em função das condições econômicas que a empresa alega.

Em 2015, o tíquete extra foi pago no valor de 35% do auxílio alimentação mensal. Em 2016, após longa negociação e mobilização, os trabalhadores conseguiram melhorar esse percentual para 51,73%.

COMISSÕES PARITÁRIAS

A CAEMA finalmente regulamentou a criação das Comissões Paritárias. A empresa entregou ao sindicato a Portaria 0536/2016 com a indicação dos seus representantes. Com a Portaria conjunta, estão criadas as Comissões Paritárias de Assédio Moral, Penosidade, Modelo de Gestão Compartilhada, Horário Flexível, Previdência Complementar e Jornada de Trabalho. Para o Sindicato, a criação dessas comissões atende um antigo anseio dos trabalhadores para resolver problemas crônicos da empresa. As comissões estão traçando seu planejamento e programação de suas atividades. No caso de Assédio Moral, a Comissão já tem o desafio de apurar denúncia de assédio moral e sexual supostamente ocorridos em Imperatriz. (Conheça a composição das comissões no quadro da página 05)

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE E INSALUBRIDADE

Depois de muita cobrança do STIU-MA, o SESMT iniciou a visita às regionais para se posicionar em relação às questões de insalubridade e periculosidade. Até então, a Caema dizia que o SESMT não se programava e o SESMT dizia que a Caema é que não oferecia as condições para o trabalho (como transporte e diárias para as viagens). O STIU-MA acompanhou a visita à regional de Santa Inês, através da diretora Ana Tereza Motta.

É um passo, mas queremos resolutividade e resposta justa aos pedidos. Existem processos que aguardam parecer há pelo menos dois anos, sem a devida resposta. Enquanto isso o trabalhador está exposto a agentes perigosos e insalubres, sem receber o adicional devido.

PAGAMENTO DO ADIC. NOTURNO RELATIVO ÀS HORAS EXCEDENTES

O STIU-MA cobrou da Caema o levantamento e o pagamento das horas que extrapolam às 5 da manhã, conforme determina a

legislação trabalhista, em especial a Súmula 60 do Tribunal Superior do Trabalho e CLT, Art. 73, § 5º. Esse direito alcança os trabalhadores de turno e aqueles do horário comercial que trabalharam entre as 22:00 horas de um dia até as 05:00 horas do outro e prolongaram suas jornadas indo até as 06:00, 07:00, etc.

USO DAS MOTOS PARTICULARES A SERVIÇO DA EMPRESA SEM PAGAMENTO DE PERICULOSIDADE

A CAEMA não concorda em pagar o Adicional de Periculosidade aos trabalhadores habilitados, que usam as motocicletas particulares a serviço da empresa. Ocorre que existe uma grande quantidade de trabalhadores que executam atividades de trabalho usando suas motos particulares, visto que a empresa não dispõe de frota própria em quantidade suficiente para atender a demanda de serviço. A empresa alega que não autoriza o uso de motocicletas particulares dos trabalhadores a serviço da empresa. Sendo assim, o STIU-MA exigiu que a Caema publicasse um Comunicado a toda a empresa dizendo que os trabalhadores não são obrigados a usarem suas motos particulares em serviço da empresa. Essa é uma forma de proteger os trabalhadores, visto que em muitos lugares os gerentes exigem que o empregado use sua moto, sem que a empresa lhe pague o adicional de periculosidade.

NOVAS REGRAS DA LICENÇA PATERNIDADE

Conforme acordado na negociação do Aditivo e na Mediação ocorrida no Ministério Público do Trabalho, a CAEMA e o STIU-MA acertaram a implantação das novas condições de concessão da Licença Paternidade, conforme a CONSTITUIÇÃO FEDERAL, Art. 227, a LEI Nº 13.257, DE 8 DE MARÇO DE 2016 e o DECRETO Nº 8.737, DE 3 DE MAIO DE 2016. Assim, os pais passam a ter direito de

ficar em casa acompanhando seus filhos por 20 dias e não mais por 5 dias apenas.

PRÊMIO APOSENTADORIA

A discussão sobre o Prêmio Aposentadoria ganhou dimensão mais ampla, uma vez que a Caema enviou solicitação de análise sobre o pagamento do Prêmio à PGE.

O STIU-MA manifestou preocupação e perplexidade com essa interferência, em reuniões com diretoria da Caema e com o secretário de Governo Antonio Nunes e através de ofício ao governador Flávio Dino.

Questionamos veementemente a interferência da PGE - Procuradoria Geral do Estado na Relação Institucional e Trabalhista STIUMAX CAEMA no que tange a análise por esse órgão de Governo do Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2017, cláusula 56ª - Programa de Preparação para Aposentadoria, nos seus parágrafos 5º e 6º.

Esse benefício foi conquistado pelos trabalhadores e trabalhadoras da CAEMA na Campanha Salarial de 2009, ou seja no Governo Roseana Sarney, e foi implantado como alternativa ao Fundo de Previdência da Empresa, pois devido ao alto custo na época, não foi possível implantá-lo. O Prêmio Aposentadoria é imprescindível à sobrevivência digna dos trabalhadores no momento em que mais precisam, por isso, manter esse prêmio é uma questão de justiça e humanidade.

Esperamos que a Justiça e o bom senso prevaleçam e que o Governo do Estado determine que a PGE devolva à direção da CAEMA a prerrogativa de continuar negociando o Acordo Coletivo de Trabalho com o SINDICATO, dando continuidade ao cumprimento ao ACT 2015/2017 na íntegra. O Acordo tem força de lei e não podemos admitir interferência de um órgão governamental externo nas relações Empresa e Sindicato, coisa, aliás, nunca vista antes.



Assembleia de novembro para deliberar sobre tíquete natalino

COMISSÕES PARITÁRIAS INSTITUÍDAS EM CUMPRIMENTO AO ACT

ASSÉDIO MORAL

Pela CAEMA:

- Manoel Henrique P. Lima – PRA
- Sérgio Mendes de Araújo – PRJ
- Flávio Ricardo Seixas Matos – PRA
- Tereza Lisieux Martins – PRJ (Supl.)

Pelo STIU-MA:

- Wellington Araújo Diniz
- Rodolfo César da Fonseca
- Vâner João Almeida
- Itaci Silva Melo (Suplente)

PENOSIDADE

Pela CAEMA:

- Fernando B. Bittencourt – GEPEM
- Tânia de Jesus C. Araújo – GEPEM
- Lívia Maria Araújo Sousa – PRJ
- Antônio Rossini Monzinni – COM (Supl.)

Pelo STIU-MA:

- Vâner João Almeida
- Nivaldo Araújo Silva
- Mariano dos Prazeres Martins
- Wellington Araújo Diniz (Suplente)

MODELO DE GESTÃO COMPARTILHADA

Pela CAEMA:

- Durval Nascimento Santos – PRP
- Ana Luisa Carneiro – DE
- Pedro Igor Nascimento da Silva – PRT
- Leopoldina Amélia Barros – PRR (Supl.)

Pelo STIU-MA:

- José do Carmo Vieira de Castro
- Fernando Antônio Pereira
- Suely Gonçalves da Conceição
- Itaci Silva Melo (Supl.)

HORÁRIO FLEXÍVEL

Pela CAEMA:

- Walter Rodrigues Castro – GEPEA
- Francisca F. Linhares – PRA
- Ivanlins de Jesus Macedo – GEPE
- Raimundo de J. de Almeida – OCI (supl.)

Pelo STIU-MA:

- Wellington Araújo Diniz
- Mariano dos Prazeres Martins
- José Braga Neto
- Claudilson Estanislau dos Santos (Supl.)

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Pela CAEMA:

- Durval Nascimento Santos – PRP
- Roberta Costa N. Xenofonte – PRJ
- Walter Rodrigues Castro – GEPEA
- Waldener Brasil Júnior – GEFIC (Supl.)

Pelo STIU-MA:

- Wellington Araújo Diniz
- Guilherme Zagallo
- Rodolfo César da Fonseca

JORNADA DE TRABALHO

Pela CAEMA:

- Walter Rodrigues Castro – GEPEA
- Francisca F. Linhares – PRA
- Ivanlins Aguiar Macedo – GEPE
- Raimundo de J. de Almeida – OCI (Supl.)

Pelo STIU-MA:

- Wellington Araújo Diniz
- Mariano dos Prazeres Martins
- José Braga Neto
- Claudilson Estanislau dos Santos (Supl.)